



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO
Miguel ARIAS CAÑETE
Ação Climática e Energia

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

No decurso de toda a minha carreira política, participei intimamente na construção da União Europeia. Durante treze anos fui Membro das Comissões dos Orçamentos, da Agricultura e das Pescas do Parlamento Europeu, tendo tido a honra de assumir a presidência das duas últimas. No decurso deste anos, empenhei-me plenamente no funcionamento diário do Parlamento Europeu, procurando obter acordos e consensos no âmbito de um grupo político e com outros grupos políticos, trabalhando sistematicamente a favor de uma maior integração da UE.

Foi para mim um enorme privilégio participar no reforço do papel do Parlamento Europeu no quadro institucional da UE, vivendo essa experiência do interior, e nos esforços constantes desta instituição para elevar o grau de democratização e transparência da União Europeia mediante o aumento das suas responsabilidades nas reformas sucessivas dos Tratados.

Subsequentemente, os quatro anos em que fui Ministro da Agricultura, das Pescas e da Alimentação de Espanha proporcionaram-me um conhecimento pormenorizado da dinâmica existente entre os dois ramos da autoridade legislativa e da necessidade de celebrar acordos e obter consensos em domínios de interesse europeu comum.

Além disso, o exercício da presidência do Comité Misto Congresso-Senado no Parlamento de Espanha, durante quatro anos, e a participação nas reuniões da COSAC permitiram-me tomar consciência da necessidade de envolver os parlamentos nacionais no processo de integração da União Europeia e da importância de garantir a observância do princípio da subsidiariedade.

Por último, o meu cargo de Ministro da Agricultura, da Alimentação e do Ambiente, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, revelou-me não só a necessidade de reforçar a cooperação entre o Parlamento Europeu e o Conselho no âmbito do processo legislativo, mas também o papel essencial da Comissão Europeia no impulso e na promoção de acordos.

Tenho uma experiência legislativa e executiva diversificada de que tirei partido no exercício das minhas funções de Comissário, agindo de forma objetiva e imparcial no interesse europeu comum.

No capítulo das responsabilidades que me serão atribuídas, a minha experiência como Ministro do Ambiente de Espanha ser-me-á particularmente útil, em especial no que respeita aos esforços envidados para garantir o cumprimento dos compromissos do Protocolo de Quioto (2008-2012) e

dos mecanismos de observância dos novos objetivos de redução das emissões fixados no pacote europeu relativo à energia e às alterações climáticas e no segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto. O meu empenhamento nesta matéria tem sido firme.

A minha participação nas Cimeiras de Doha e Varsóvia sobre as alterações climáticas, defendendo a posição da Comissão Europeia, proporcionou-me um excelente conhecimento dos mecanismos das negociações internacionais no contexto das Nações Unidas, que me será certamente útil nas negociações que terão lugar, em 2015, no âmbito da Cimeira de Paris.

Se o Parlamento Europeu decidir confirmar a minha candidatura, terei a enorme honra de contribuir para a consecução dos objetivos da União Europeia nesta matéria no período crucial que vivemos. A UE tem-se revelado um sucesso sem precedentes na história conturbada do nosso continente, trazendo a paz, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a prosperidade económica. Atualmente, porém, estamos a atravessar uma crise e temos de reconquistar a confiança dos cidadãos europeus, alguns dos quais estão dececionados com o projeto europeu. Este exercício requer um enorme esforço por parte do Parlamento, do Conselho e, em especial, da Comissão no sentido de centrar as nossas políticas nos principais desafios que enfrentam as nossas sociedades e de reforçarem a legitimidade democrática.

Tal como declarou o Presidente eleito Juncker, no seu discurso de 15 de julho, em que propõe uma União mais vasta e mais ambiciosa em domínios fundamentais e estabelece dez áreas de ação prioritárias, entendo que só uma União Europeia forte e unida pode corresponder às expectativas dos cidadãos e dar resposta às preocupações transmitidas nas eleições europeias, e que temos de envidar mais esforços no sentido de garantir a participação dos cidadãos no desenvolvimento das iniciativas comunitárias. A realização de um mercado interno da energia que garanta a segurança, a sustentabilidade e a competitividade, a consecução dos nossos objetivos ambiciosos na luta contra as alterações climáticas e a adoção de um papel de liderança no próximo ano, em Paris, contam-se entre os grandes desafios a enfrentar, cuja resolução contribuirá de forma positiva para o reforço da União Europeia.

Agirei na qualidade de membro de um Colégio, em todos os domínios de atividade da Comissão, no respeito absoluto pelas orientações políticas estabelecidas pelo Presidente da Comissão.

Na minha qualidade de membro em funções do Parlamento Europeu, preenchi a minha declaração de interesses económicos mencionada no Código de Conduta dos Comissários. Além disso, subscrevo plenamente as disposições do artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que prevê claramente que os membros da Comissão se abstenham de praticar qualquer ato incompatível com a natureza das suas funções e que, enquanto durarem as suas funções, não poderão exercer qualquer outra atividade profissional, remunerada ou não.

Tenciono respeitar escrupulosamente o Código de Conduta dos Comissários, quer durante o meu mandato quer após o seu termo. Declarei todos os meus ativos e interesses financeiros e os da minha esposa, bem como as atividades profissionais desta.

Nunca tomarei medidas sobre questões relacionadas com a minha pasta nas quais possa ter interesses pessoais, familiares ou financeiros que possam comprometer a minha independência. Se tiver de enfrentar uma situação desta natureza, informarei de imediato o Presidente da Comissão.

Durante os mandatos que me foram confiados como Ministro do Governo espanhol, ao longo de seis anos, nunca tomei decisões sobre questões em que poderia ter, direta ou indiretamente, qualquer interesse e, quando entendi que a minha independência poderia suscitar dúvidas, absteve-me de intervir, em conformidade com os procedimentos pertinentes do ordenamento jurídico espanhol.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Através da minha carreira política, na minha qualidade de Membro do Parlamento e de Membro do Parlamento Europeu e enquanto membro de um Governo nacional, compreendi que trabalhar num espírito de cooperação constitui um elemento fundamental de sucesso. É por essa razão que considero que, se pretendermos tomar iniciativas integradas, bem fundamentadas e devidamente justificadas, que conduzam a resultados inequívocos, o Colégio de Comissários deve agir como uma equipa sólida e estabelecer uma cooperação plena entre as diversas pastas.

Envidarei esforços no sentido de garantir tal cooperação no seio do Colégio, assegurando a aplicação efetiva e o acompanhamento no terreno das políticas relacionadas com a minha pasta e uma forma de trabalho em cooperação. Assumo o firme compromisso de cooperar estreitamente com a Vice-Presidente responsável pela União da Energia e com os meus colegas Comissários no nosso empreendimento comum de construção de uma União da Energia com uma política virada para o futuro em matéria de alterações climáticas. Prestarei também a máxima atenção à coordenação, com os meus colegas Comissários, das medidas e iniciativas que tomar nos domínios da ação climática e da energia, a fim de garantir uma abordagem coerente, sólida e eficaz. Estou igualmente determinado a colocar a ênfase nos domínios prioritários que o Presidente eleito Juncker me indicou e a contribuir para a atividade da Comissão noutros domínios de intervenção, garantindo a possibilidade de estabelecer as sinergias adequadas para reforçar a ação coletiva da Comissão.

Como elemento importante desta responsabilidade, procurarei obter a participação do Parlamento Europeu e das suas comissões especializadas na elaboração de políticas, para que o Parlamento possa exercer o seu controlo democrático com eficácia. Estou totalmente empenhado em assegurar um diálogo político construtivo com o Parlamento, baseado num espírito de abertura, transparência, confiança mútua, comunicação e intercâmbio periódicos de informações. Sob a coordenação da Vice-Presidente responsável pela União da Energia, tenho a firme intenção de me disponibilizar para representar a Comissão perante o Parlamento Europeu, outras instituições da UE e a nível internacional, assumindo plena responsabilidade política pelos meus atos neste domínio e pelos dos serviços sob a minha responsabilidade, sem prejuízo do princípio da colegialidade. Envidarei esforços no sentido de dar a conhecer as medidas que adotar em toda a UE e, nomeadamente, ao Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu desempenha um papel fundamental no impulso a políticas climáticas e energéticas ambiciosas para a nossa União. O Parlamento é não só um co-legislador, mas também, na sua qualidade de representante eleito, um elo crucial direto entre os cidadãos e as instituições da UE. Enquanto membro do Parlamento Europeu eleito durante quase 13 anos, compreendo perfeitamente o papel extremamente importante que o PE deve desempenhar neste contexto. Partilho do seu esforço constante para reforçar a legitimidade democrática da UE. É por esse motivo que me comprometo a intensificar a cooperação com o Parlamento Europeu e as comissões especializadas pertinentes, designadamente ENVI e ITRE. Considero que a cooperação interinstitucional é essencial para o correto funcionamento da UE e para a eficiência, legitimidade e boa governação do processo de decisão da UE. Será por conseguinte prioritário para mim garantir um diálogo permanente, transparente, aberto e estruturado com o Parlamento e os Membros do Parlamento Europeu, aos níveis político e técnico, na elaboração de políticas e no processo legislativo. Este aspeto refletir-se-á nos três compromissos seguintes:

Em primeiro lugar, trabalharei de forma pessoal e ativa para obter o vosso apoio. Assumo o compromisso de estabelecer a comunicação com os Senhores Deputados e de me disponibilizar para trocar pontos de vista convosco sobre questões fundamentais. Farei igualmente questão de realizar debates periódicos com as comissões pertinentes, designadamente ENVI e ITRE. Conto com estas comissões para impulsionar políticas ambiciosas e prospetivas, que deem resposta aos importantes desafios futuros. Em consonância com as orientações do Presidente eleito Juncker,

participarei pessoalmente nas importantes negociações tripartidas.

Em segundo lugar, certificar-me-ei de que as Direções-Gerais da Ação Climática e da Energia são sensíveis aos pontos de vista do Parlamento e se disponibilizam sistematicamente para prestar informações aos Senhores Deputados e trocar pontos de vista. Será esse o caso não só no âmbito do processo legislativo, mas também quando os serviços refletirem sobre a evolução política – por exemplo, nos próximos debates sobre o conceito de União da Energia sustentável ou no respeitante às negociações climáticas internacionais.

Em terceiro lugar, certificar-me-ei de que o acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia é escrupulosamente respeitado no domínio das responsabilidades que me serão atribuídas, nomeadamente no tocante às disposições relativas à transparência e ao fluxo de informações entre ambas as instituições. Diz isto especialmente respeito aos atos delegados e de execução e às negociações internacionais. Certificar-me-ei de que o Parlamento e o Conselho são tratados em pé de igualdade, em conformidade com as disposições do acordo-quadro, e que é dado um seguimento adequado às posições do Parlamento e aos seus pedidos de iniciativa legislativa. Estarei regularmente à disposição do Parlamento Europeu e das suas Comissões, o que considero ser o dever de um Comissário que é membro do Colégio, obrigado a prestar contas perante os Membros do Parlamento Europeu diretamente eleitos.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia e da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar:

3. Prioridades do Comissário

Quais são as principais questões a que tenciona dar prioridade no domínio da ação climática e da energia? Que calendário prevê para a consecução dessas prioridades? Quais as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário?

A minha missão foi claramente enunciada pelo Presidente eleito da Comissão Europeia. Sob a coordenação da Vice-Presidente responsável pela União da Energia, e caso seja confirmado como Comissário, contribuirei para a construção de uma União Europeia da Energia com uma política virada para o futuro em matéria de alterações climáticas.

Uma prioridade imediata consistirá em abordar questões relacionadas com a segurança do aprovisionamento, atendendo à atual conjuntura geopolítica. Temos de congregiar e diversificar os nossos recursos, interligar as infraestruturas e refletir sobre a melhor forma de combinar a nossa capacidade de negociação. Os Estados-Membros devem ter a capacidade de mudar rapidamente para outros canais de aprovisionamento, a fim de garantir que as reservas de gás permanecem no seu nível máximo, e inverter os fluxos energéticos, quando necessário. Tenciono aplicar medidas de curto a médio prazo oriundas da estratégia da UE em matéria de segurança energética, incluindo a revisão do Regulamento Segurança do Aprovisionamento de Gás e a avaliação de opções para a aquisição conjunta de gás.

Uma das minhas principais prioridades, comum às pastas climática e energética, consistirá igualmente em contribuir para a aplicação do quadro relativo ao clima e à energia para 2030, que os Chefes de Estado deverão aprovar no Conselho Europeu, em outubro, e para a conclusão bem sucedida das negociações climáticas internacionais. Os principais objetivos do quadro relativo ao clima e à energia para 2030 em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa, aumento da quota de energias renováveis no cabaz energético e melhoria da eficiência energética impulsionarão os progressos no sentido de uma economia hipocarbónica que garanta a disponibilidade de energia competitiva e a preços acessíveis para todos os consumidores, crie novas oportunidades de crescimento e emprego e assegure a segurança do aprovisionamento energético e a redução da dependência da UE, no seu todo, em relação às importações. Dirigirei a aplicação dos principais projetos de infraestruturas energéticas e a utilização eficaz e eficiente dos financiamentos da UE para apoio a investimentos em redes energéticas, energias renováveis, eficiência energética e tecnologias hipocarbónicas, designadamente captura e armazenagem de carbono.

Considero que temos de avançar rapidamente para enfrentar os inúmeros desafios futuros, em consonância com a carta de missão do Presidente eleito para o Comissário indigitado para a pasta da Ação Climática e da Energia. Sem pretender antecipar-me ao trabalho legislativo da futura Comissão, posso desde já facultar algumas indicações sobre as possíveis iniciativas legislativas que, sob a coordenação da Vice-Presidente responsável pela União da Energia, tenciono propor no início do meu mandato.

Diversas propostas legislativas novas oriundas do quadro relativo ao clima e à energia para 2030 serão apresentadas ao longo do mandato:

No respeitante à Ação Climática, tenciono trabalhar em diversos domínios. No âmbito do RCLE, a minha primeira prioridade é cooperar com o Parlamento Europeu e o Conselho na adoção da atual proposta legislativa relativa a uma reserva de estabilidade do mercado no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE). A reserva de estabilidade do mercado melhorará a estabilidade do mercado do carbono e a sua resiliência contra os choques. Numa segunda fase, a fim de conseguir a necessária redução das emissões, o fator anual de redução do limite máximo autorizado de emissões deverá ser aumentado. A atribuição de licenças de emissão a título gratuito foi uma política bem sucedida para impedir as fugas de carbono. Enquanto não houver esforços comparáveis por parte de outras grandes economias, serão igualmente necessárias políticas semelhantes às do atual sistema (incluindo um sistema melhorado de atribuição mais direcionada de licenças a título gratuito) após 2020, a fim de assegurar a competitividade das indústrias europeias utilizadoras intensivas de energia. Estes dois aspetos constituem o núcleo da Diretiva RCLE para 2030.

Tenciono igualmente preparar uma proposta legislativa tendo em vista a distribuição dos objetivos de emissão de gases com efeito de estufa para 2030 pelos setores não abrangidos pelo RCLE, a fim de equilibrar a relação custo/eficácia e assegurar uma repartição equitativa de esforços pelos Estados-Membros, em conformidade com as orientações formuladas pelo Conselho Europeu, e a revisão da Diretiva Energias Renováveis, garantindo o reforço da cooperação e o desenvolvimento de mercados mais vastos para as energias renováveis, bem como o quadro legislativo para a eficiência energética, incluindo o desempenho energético dos edifícios e outros aspetos relacionados com a governação que constam do quadro para 2030.

A prossecução dos trabalhos com vista à melhoria da eficiência energética dos veículos rodoviários através do reforço das normas permitirá reduzir as emissões provenientes do setor dos transportes. A transformação gradual de todo o sistema de transportes no sentido de uma melhor integração intermodal, uma maior exploração das alternativas não rodoviárias, uma melhor gestão dos fluxos de tráfego graças a sistemas inteligentes de transporte e uma ampla inovação e implantação de novas tecnologias em matéria de tração e navegação e de combustíveis alternativos permitirão igualmente reforçar a eficiência energética. Sob a coordenação da Vice-Presidente responsável pela União da Energia, cooperarei estreitamente no âmbito de todas estas iniciativas com o Comissário responsável pelos Transportes e pela Política Espacial.

Todos os modos de transporte, incluindo a aviação e o setor marítimo, devem contribuir para os esforços de redução das emissões de gases com efeito de estufa. A atual proposta da Comissão relativa à monitorização das emissões dos navios de grandes dimensões que utilizam os portos da UE constitui um primeiro passo na abordagem das emissões de gases com efeito de estufa no setor dos transportes marítimos. Esta proposta será debatida com o Parlamento e o Conselho no âmbito deste mandato.

A UE deve igualmente intensificar os seus esforços em matéria de política de investigação e inovação, de modo a apoiar a transição para uma economia hipocarbónica. Para este efeito, tenciono cooperar estreitamente com o Comissário responsável pela Investigação, Ciência e Inovação.

Por último, os nossos objetivos em matéria de alterações climáticas só podem ser alcançados se passarem a ser um tema transversal a todas as políticas da UE. O clima é importante em quase todos os aspetos do trabalho da Comissão e é meu desejo cooperar com todos os meus colegas da Comissão – bem como com o Parlamento Europeu e outras instituições – para garantir que a ação climática é tida na máxima conta em todas as restantes políticas da Comissão e adaptar as políticas da UE às realidades das alterações climáticas.

No respeitante a outras iniciativas no domínio da política energética, a prioridade imediata, que consiste em abordar questões relacionadas com a segurança do aprovisionamento, exige um mercado interno da energia devidamente interligado e integrado, assente num regime regulamentar comum a todos os Estados-Membros e que estabeleça a ligação entre as infraestruturas. A livre circulação do gás e da eletricidade dentro dos limites da União da Energia é indispensável para manter os preços sob controlo, garantir a segurança do aprovisionamento e permitir um funcionamento sustentável do setor da energia. Um mercado da energia plenamente integrado e competitivo permitiria manter os preços sob controlo, estimular os investimentos e, por isso mesmo, contribuir de forma significativa para a criação de emprego e para o crescimento na União. A eficiência energética tem um papel fundamental a desempenhar neste contexto, com vista quer à criação de emprego e crescimento na indústria quer à obtenção de preços acessíveis para os consumidores. Teremos de identificar e selecionar projetos de infraestruturas que colocaremos em foco, avaliar a necessidade de ampliar o atual quadro jurídico e acompanhar de muito perto a aplicação da legislação vigente.

Outra prioridade importante consiste em tirar melhor partido das fontes inexploradas de crescimento económico e criação de emprego nos setores da energia e do clima. Tal como salientou o Presidente eleito Juncker, a UE deve tornar-se líder mundial no domínio das energias renováveis e prosseguir objetivos ambiciosos de eficiência energética com uma meta de 30 % até 2030. Não se trata apenas de uma questão de segurança do aprovisionamento e de política climática responsável, mas, simultaneamente, de um imperativo da política industrial, se continuarmos a ambicionar que as empresas e os agregados familiares europeus tenham à sua disposição, de modo fiável, energia a preços acessíveis e explorem plenamente o potencial do crescimento verde. É por essa razão que a Vice-Presidente responsável pela União da Energia e eu próprio contribuiremos, em cooperação com o Vice-Presidente responsável pelo Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, para o pacote relativo ao emprego, ao crescimento e ao investimento a apresentar nos três primeiros meses do nosso mandato.

Este exercício exigirá igualmente uma cooperação estreita com os Estados-Membros, a fim de criar as condições necessárias para a tomada de decisões de investimento e assegurar que a UE pode ser um catalisador para o investimento público e privado.

A fim de transformar estas prioridades em ações, certificar-me-ei igualmente, em cooperação com a Vice-Presidente responsável pela União da Energia e com o Vice-Presidente responsável pelo Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, de que o pacote relativo ao emprego, ao crescimento e ao investimento a apresentar pela Comissão tem plenamente em conta as prioridades de Ação Climática e Energia em termos do reforço da competitividade da Europa e da promoção do investimento. Fazer-lo-ei com a plena participação do resto do Colégio e num espírito de diálogo aberto e transparente com o Parlamento Europeu desde o início do mandato da Comissão, certificando-me do total empenhamento dos Estados-Membros e da utilização rápida e eficiente dos fundos programados para investimentos em redes energéticas, energias renováveis, eficiência energética e infraestrutura energética, a fim de alavancar o investimento privado. Este pacote deverá servir igualmente como sinal para reiterar o nosso compromisso de intensificar os esforços em matéria de política de investigação e inovação, de modo a apoiar a transição para uma economia hipocarbónica. Esta tarefa será levada a cabo nos primeiros meses do mandato da Comissão.

4. Qualidade e transparência das propostas legislativas

Como irá pessoalmente garantir a boa qualidade das propostas legislativas, a total transparência das atividades de lóbi (dirigidas a V. Ex.^a e aos seus serviços) e a consulta consistente e equilibrada de todas as partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de efetuar avaliações de impacto exaustivas?

Considero que a qualidade de qualquer diploma legislativo depende, em larga medida, das opções políticas que somos obrigados a fazer, o que exigirá um diálogo permanente, transparente, aberto e estruturado com o Parlamento Europeu, especialmente a nível das comissões. O Parlamento Europeu é, neste contexto, um pilar fundamental para assegurar o impacto positivo de que necessitamos para qualquer diploma legislativo. O Parlamento Europeu confere legitimidade democrática à ação da UE no seu conjunto, aspeto particularmente importante nos domínios da ação climática e da energia. Tenciono basear-me na parceria política entre a Comissão e o Parlamento Europeu, proposta pelo Presidente eleito nas suas orientações políticas, e as comissões pertinentes do Parlamento Europeu desde o início do mandato da Comissão.

Procurarei garantir que o desenvolvimento de uma União da Energia resiliente, acompanhada de uma política prospetiva de ação climática, ocupará o topo da nossa agenda política, na medida em que constitui uma ferramenta indispensável para a criação de crescimento e emprego sustentáveis na UE. Certificar-me-ei de que, antes de propor qualquer nova iniciativa, as potenciais consequências económicas, sociais e ambientais serão avaliadas de modo exaustivo. Neste contexto, realizarei debates com os meus colegas no seio do Colégio e cooperarei muito estreitamente com a Vice-Presidente responsável pela União da Energia e com o Vice-Presidente responsável pelo programa Legislar Melhor, Relações Interinstitucionais, Estado de Direito e Carta dos Direitos Fundamentais. Simultaneamente, certificar-me-ei de que a definição de políticas continuará a apoiar-se fortemente em avaliações de impacto de alta qualidade, a fim de garantir a eficácia da ação europeia no meu domínio de competência, assegurando que as Direções-Gerais pelas quais sou responsável organizarão tais avaliações de molde a contribuir para o princípio «legislar melhor». As propostas políticas no meu domínio de competência basear-se-ão em consultas públicas exaustivas e aprofundadas de todas as partes interessadas e serão periodicamente levadas a cabo avaliações completas em apoio ao desenvolvimento de políticas. A estreita cooperação a montante com outros serviços da Comissão noutros domínios de competência, inclusive a nível dos serviços, continuará a ser um ingrediente fundamental deste processo. É igualmente minha intenção reforçar as avaliações da legislação vigente, a fim de verificar o seu desempenho e identificar oportunidades de redirecionar o seu âmbito, reduzir os encargos regulamentares e simplificar a legislação em vigor.

Por último, no capítulo da transparência, trabalharei intensamente com o resto do Colégio e sob a liderança do Presidente da Comissão para alcançar um acordo interinstitucional sobre um registo obrigatório dos grupos de pressão entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão. Prosseguirei na via de esforços mais amplos da Comissão para promover a transparência em relação ao grande público e a importância da consulta no processo de definição das políticas. Todos os contactos pertinentes com as partes interessadas e os grupos de pressão no contexto do processo legislativo que tenham ligação com a minha atividade de Comissário responsável pela

Ação Climática e pela Energia serão tornados públicos. O mesmo princípio será aplicável aos meus serviços.

5. Coordenação e cooperação

Como Comissário responsável pela Ação Climática e Energia, como irá garantir a coordenação com os Vice-Presidentes em cujas equipas o seu domínio de intervenção se insere e com os outros comissários pertencentes às suas equipas, e como irá garantir uma cooperação reforçada com as comissões parlamentares pertinentes?

A nova Comissão está empenhada em reforçar a colegialidade e a coesão no seio do Colégio e em tirar plenamente partido do potencial de sinergias entre domínios de intervenção associados. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para contribuir para esta importante mudança.

As políticas em matéria de ação climática e energia afetam toda a sociedade. Consequentemente, devem ser elaboradas e propostas em parceria com outros Comissários e Vice-Presidentes. Será por conseguinte necessária uma estreita cooperação a título permanente. Serei uma força motriz em questões relacionadas com o clima e a energia, cooperarei estreitamente com outros Comissários na equipa do projeto de União da Energia e contribuirei ativamente para outros dossiês. Trabalharei no sentido de garantir que uma ação climática e uma política energética prospetivas constituem os pilares do desenvolvimento de uma política energética resiliente e da criação de crescimento e emprego sustentáveis. Certificar-me-ei de que estas prioridades ocupam permanentemente o topo da nossa agenda política. Na minha opinião, a nova organização da Comissão, que prevê um papel especial de direção e coordenação para os Vice-Presidentes relativamente a projetos prioritários, constitui uma oportunidade e reforça a importância da pasta da Ação Climática e da Energia, na medida em que deve assegurar que estes domínios de intervenção são integrados em todas as políticas pertinentes da Comissão.

O Presidente eleito da Comissão concedeu-me um importante mandato que consiste em apresentar as políticas climática e energética da UE. O meu mandato remete, nomeadamente, para a conclusão do mercado interno da energia, a aplicação do quadro relativo ao clima e à energia para 2030 (inclusive relativo às energias renováveis e à eficiência energética), o reforço da segurança do aprovisionamento energético e do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE), bem como para a garantia de que a UE desempenha um papel de liderança na política climática internacional, a começar pela conferência climática internacional de 2015, que terá lugar em Paris. Assumirei total responsabilidade pelas iniciativas futuras nestes domínios, estabelecendo uma cooperação e uma coordenação plenas com a Vice-Presidente responsável pela União da Energia e o Vice-Presidente responsável pelo Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, bem como participando em equipas de projetos dirigidas pelos Vice-Presidentes. Cooperarei igualmente com a Vice-Presidente Mogherini e com o Serviço Europeu para a Ação Externa no sentido de que a UE mantenha a ação climática no topo da agenda das nossas relações com parceiros fundamentais – quer a nível bilateral quer em todos os fóruns pertinentes.

Espero que as Comissões do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) e da Indústria, Investigação e Energia (ITRE), bem como outras comissões pertinentes, continuem a revelar-se parceiros fundamentais na promoção das ambiciosas políticas climáticas e energéticas da UE. Reitero os meus compromissos de cooperação reforçada com o Parlamento e de prestação de contas perante este.

6. Controlo e negociações internacionais

Que medidas adotará para facilitar o controlo, pelas comissões parlamentares competentes, dos processos legislativos e não legislativos (incluindo a preparação de atos delegados e de atos de execução) e a supervisão (seguimento) da sua execução?

De que maneira tenciona assegurar a informação adequada das comissões parlamentares pertinentes relativamente a quaisquer acordos internacionais no seu domínio de intervenção, tendo em conta a experiência adquirida no contexto das negociações sobre a TTIP? De que forma tenciona assegurar a coerência da posição da UE nas próximas cimeiras internacionais sobre o clima?

Consultar a minha resposta à pergunta 2 no respeitante aos meus compromissos gerais em matéria de transparência e obrigação de prestar contas perante o Parlamento, em particular perante as comissões pertinentes.

No que se refere à preparação de atos delegados, a presença de peritos do Parlamento nos grupos de peritos que preparam os atos delegados seria para mim motivo de enorme regozijo. Esta participação, a pedido do Parlamento, já se encontra prevista no acordo-quadro entre as nossas duas instituições. Estou disposto a contribuir para que tal participação se concretize igualmente na prática. Para efeitos de uma parceria construtiva e eficaz entre as nossas duas instituições, considero que deveríamos basear-nos mais nas boas práticas estabelecidas em domínios como a eficiência energética e assegurar a transparência necessária. Permito-me salientar também que continuaremos a organizar amplas consultas públicas, por exemplo no domínio da conceção ecológica, antes da apresentação de propostas. Trata-se igualmente de uma oportunidade de troca de pontos de vista com o Parlamento.

No respeitante à aplicação de legislação da UE já adotada, assegurarei que a Comissão cumpre as obrigações de informação contidas na legislação pertinente, que tendem a ser a rigorosas. Se necessário, assegurarei igualmente que a Comissão responda a pedidos de informação que se inserem fora do âmbito destas obrigações e informarei os Senhores Deputados no contexto do nosso diálogo regular. Gostaria de dar a minha garantia de que levarei tão a sério a aplicação e o controlo da observância do acervo da UE como o desenvolvimento das nossas políticas.

Nas negociações internacionais, a UE é mais eficaz quando fala a uma só voz. Esta afirmação é válida nos domínios climático e energético. Será minha prioridade absoluta, por conseguinte, assegurar posições externas coerentes, quer entre a UE e os seus Estados-Membros quer entre os diversos domínios de intervenção climáticos e energéticos, tendo em vista as sinergias muito significativas daí resultantes.

No setor da energia, existem já alguns exemplos de acordos internacionais em que a UE é parte, mas gostaria de ver mais exemplos destes no futuro. Trata-se de um elemento fundamental para que a UE possa falar a uma só voz, a fim de assegurar o nosso aprovisionamento energético e promover uma transição sustentável das nossas redes energéticas. Ao negociar tais acordos, evidentemente que darei pleno cumprimento às disposições pertinentes do Tratado, bem como ao acordo-quadro. Significa isto que, se for caso disso, solicitaremos mandatos de negociação ao Conselho da UE e asseguraremos que o Parlamento é devidamente informado do processo.

No respeitante às negociações climáticas internacionais, foi agindo como uma União que a UE conseguiu alcançar a importante decisão, em Durban, de concluir um novo acordo mundial aplicável a todos em 2015. A UE e os seus Estados-Membros adquiriram uma grande experiência na negociação de acordos «mistos», inclusive sobre as alterações climáticas, e outros acordos ambientais multilaterais, e a coordenação no âmbito da UE funciona plenamente e é transparente. Julgo ser essencial começar por reunir todos os interessados, a fim de garantir que cada Estado-Membro se considera proprietário do Acordo de 2015 antes da sua adoção e assinatura. Só assim podemos garantir que todos ratificaremos devidamente este acordo (permitindo a sua entrada em vigor muito antes de 2020) e aplicaremos de forma eficaz os nossos compromissos.

Falar a uma só voz em matéria climática equivale igualmente, para a UE, a uma forte maioria de apoio no Parlamento. A ratificação e a aplicação de um novo acordo climático mundial vinculativo exigirão a aprovação do Parlamento. Na minha qualidade de negociador em nome da UE, comprometo-me a manter o Parlamento plenamente informado sobre a evolução das negociações. Antes e após as reuniões de Lima e Paris, terei o maior prazer em debater os preparativos e os resultados com todo o Parlamento. Perpetuarei igualmente a tradição de acolher uma delegação do Parlamento para importantes negociações e, neste contexto, atualizarei diariamente as informações sobre os progressos realizados.

Por último, no que se refere ao setor nuclear, a Comunidade Euratom é parte em todas as principais convenções internacionais celebradas sob os auspícios da Agência Internacional da Energia Atómica e celebrou diversos acordos de cooperação nuclear com países terceiros. Em conformidade com uma prática acordada com o Parlamento Europeu, continuaremos a manter as comissões parlamentares pertinentes informadas de todos os acordos internacionais negociados com base no Tratado Euratom.